

Acompanhamento de metas

Plano de metas – Avaliação Semestral

		TOTAL AÇÕES	CONCLUÍDAS	EM ANDAMENTO /PERMANENTES	NÃO INICIADAS	POSTERGADAS
ABERTURA	Institucional e Técnica	12	5 (+1)	6 (+1)	1 (-2)	
	Pauta Presidenciais	5	3 (+3)	2 (-3)	0	
	Temas técnicos específicos	5	3	2	0	
	Comunicação	5	3 (+1)	2 (-1)	0	
	TOTAL	27	14 (+5)	12 (-3)	1 (-2)	

SEGURANÇA	Monitoramento Alavancagem	3	0	2	0	1
	Eliminar burocracia sem segurança	1	1	0	0	
	Ampla visibilidade propostas Abraceel	2	1	0	0	1
	Cooperação técnica com mercado financeiro	1	0	0	1	
	Garantias no Mercado de Curto Prazo	4	0	0	0	4
	TOTAL	11	2	2	1	6

PREÇOS	Governança de preços	5	1	4	0	
	Propostas acoplamento preço e operação	4	2 (+1)	2 (-1)	0	
	Defesa da formação de preço por modelo	2	0	2		
	Barreiras para preço for oferta	4	1 (+1)	3 (-1)	0	
	TOTAL	15	4 (+2)	11 (-2)	0	

BANDEIRA 1: ABERTURA DO MERCADO PARA O CONSUMIDOR

- **MME deu passos muito importantes: abertura da CP 131/22**, lançamento da *Iniciativa Mercado de Minas e Energia* e reiteradas declarações do Ministro Sachsida em favor da abertura total.
- Abraceel continua a perseguir abertura da AT em 2024 e BT em 2026, com ênfase na aprovação da abertura da AT, conforme proposto pelo MME.
- Defesa da possibilidade de aprovação por portaria e que não há incompatibilidade com o PL 414.
- Abraceel realizou reunião com o **ministro Sachsida em 11.08**.
- Busca de apoio à aprovação das propostas da CP 131/22 junto a entidades da indústria e comércio e associações. Alinhamento com Anace, Abradee, ABDIB, ABIMAQ, Abiquim e CNI.
- **Call do GT** em 09.08 e **minuta de contribuição** encaminhada às associadas em 15.08.
- **Permanecem esforços de forte interação com a mídia**, onde temos encontrado espaço para divulgar informações, sendo protagonista nas principais matérias sobre o tema.

BANDEIRA 1: ABERTURA DO MERCADO PARA O CONSUMIDOR

Varejista

- Aneel deve abrir em breve TS para regulamentar a desmodelagem do inadimplente

Gás natural

- Abraceel participa de reuniões da *Iniciativa Mercado de Minas e Energia* (IMME) sobre aperfeiçoamentos tributários para negociação de gás natural no ponto virtual – expectativa é entregar até final de setembro proposta para avaliação do governo.
- Contribuição na CP 08 da AGEMS, sobre mercado livre de gás no Mato Grosso do Sul.
- Fórum do Gás divulga documento com propostas para presidenciáveis e candidatos a governos estaduais.

Plano de metas – Avaliação jul/ago

BANDEIRA 2: SEGURANÇA DE MERCADO

Pendente o fechamento das CPs 10 e 11/2022 sobre monitoramentos e garantias

- Pautado na última reunião de Diretoria do Relator Efrain Cruz, que deixou a Aneel.
- Contribuições às CPs indicam consenso sobre monitoramento preceder alteração das regras de aporte de garantias financeiras.
- **Tese da Abraceel (monitoramento preceder eventual alteração das GFs)** prevaleceu.
- Novo relator será sorteado. Visão da SRM é que as CPs 10 e 11 carecem de segunda fase.

Abertura em breve de TS sobre PdCs detalhando os novos critérios de entrada/manutenção

BANDEIRA 3: FORMAÇÃO DE PREÇOS

Preço por Oferta: **Propostas de reavaliação de atividades**

- Na meta “Identificar barreiras e dificuldades para a implantação do preço por oferta no Brasil”, avaliou-se que a contratação de estudo no momento não é oportuna, sendo melhor esperar o avanço dos estudos CCEE/MME e de dois outros, que estão sendo liderados por empresas.
- Na reunião de julho, o CAd postergou a decisão.

Metas	Plano de ação
Identificar barreiras e dificuldades para a implantação do preço por oferta no Brasil	Avaliar a contratação de estudo

Governança e aprimoramento dos modelos

- Discussão da proposta Abraceel na reunião do Fase com a diretoria do ONS
- Apresentação da proposta ao Fase em 18.08 buscando apoio para uma proposta do Fórum
- Reunião com Cepel

Destques na mídia

TODAS AS BANDEIRAS

Destques:

- **167** matérias publicadas na mídia em julho;
- Destques: Folha de S. Paulo, Valor Econômico, UOL, Terra, G1, Reuters, Agência Estado e Poder 360.

F2 | Valor | Quinta-feira, 28 de julho de 2022

Especial Mercado livre de energia

Regulação Projeto prevê que residências e pequenas empresas podem sair do ambiente regulado de energia

PL libera consumidor e setor debate como garantir fornecimento

Roberto Rodemann
Para a Folha de São Paulo

A velocidade e a amplitude da abertura total do mercado livre de energia dependem da rapidez e votação do Projeto de Lei (PL) 414 — que libera a maioria dos consumidores, inclusive residências, em 42 meses a partir de sua sanção. Um dos projetos considerados prioritários no início da atual gestão governamental é a abertura total do mercado livre de energia. O PL 414 ainda não foi nem lido no sistema da Câmara, mas, em contradição, já está sendo discutido em comissão de assessoria e pareceres de comissões e que o projeto entre as pautas agoras. A ideia não tem sido divulgada e publicado, o projeto de lei está em sua primeira versão, prontos que nasce no ano 1990 em sua transição do mercado livre, que nasceu nos anos 1990 com um experimento de negociação na mesma estrutura de luz. A ideia nasceu há mais de 30 anos, é o maior motor de projetos de grande escala no Brasil, com o apoio de um grupo de empresários e acadêmicos. Há 30 anos, há uma comissão especial da Câmara de Energia Elétrica (Anel) que trabalha para a abertura total do mercado livre de energia. O projeto prevê que residências e pequenas empresas possam sair do ambiente regulado de energia e entrar no mercado livre de energia. O projeto prevê que residências e pequenas empresas possam sair do ambiente regulado de energia e entrar no mercado livre de energia. O projeto prevê que residências e pequenas empresas possam sair do ambiente regulado de energia e entrar no mercado livre de energia.



Rodrigo Ferreira, presidente da ABRACEEL, prevê que a abertura do mercado livre trará novos produtos e serviços.

há, proporcional ao consumo, há um plano de distribuição e fornecimento por modalidade e pequenas empresas — abrange a totalidade do mercado de energia elétrica (hoje cerca de 10 mil empresas são comercializadas) e prevê para o setor (o Brasil tem 30 milhões de consumidores). “Hoje se vive um mercado de consumidor com 10 mil empresas atendidas por um setor da carga do país. Com a abertura, surgem novos nichos, produtos, serviços e empresas. Há um plano de distribuição e fornecimento por modalidade e pequenas empresas — abrange a totalidade do mercado de energia elétrica (hoje cerca de 10 mil empresas são comercializadas) e prevê para o setor (o Brasil tem 30 milhões de consumidores).”



opinião

Abertura do mercado de energia: 24 anos em 2 meses

Governo avança na reforma estrutural do setor visando a melhorar o custo-benefício ao consumidor

RODRIGO FERREIRA
27 Jul. 2022, quarta-feira - 5h50
atualizado: 27 Jul. 2022, quarta-feira - 6h01

O Diário Oficial da União de desta 3ª feira (26 Jul. 2022) traz um fato histórico para o processo de abertura do mercado de energia elétrica no Brasil. O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou portaria determinando a abertura de consulta pública para conceder o direito de escolher o fornecedor de energia para todos os consumidores conectados à rede de alta tensão a partir de janeiro de 2024.

Dois meses depois de assumir o MME, o ministro Adolfo Sachsida sinaliza finalmente que o Poder Executivo pretende romper com a barreira dos 500 kW de demanda mínima para o acesso ao mercado livre de energia. Avança 24 anos em 2 meses, pois o último avanço regulatório efetivo em termos de abertura foi com a Lei 9.648/1998, que alterou a Lei 9.427/1996 e criou o consumidor livre especial com carga maior ou igual a 500 kW. Tanto o ministro quanto a equipe do MME devem receber os parabéns por esse passo importante da reforma estrutural do setor de energia elétrica.

A6 | Valor | Sábado, domingo e segunda-feira, 23, 24 e 25 de julho de 2022

Brasil

Energia Para Rodrigo Ferreira, presidente da ABRACEEL, modelo favorece somente 0,03% dos consumidores

“Mercado livre se tornou ‘camarote’ do setor elétrico”

Fábio Couto
Da Uol

Mais do que proporcionar a abertura do mercado livre para todos os consumidores, o projeto de lei 414/2021 deve ter como objetivo acabar com o “camarote” que se tornou a modalidade, na avaliação da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel), entidade que hoje conta com 102 associados, os quais totalizam 72% de participação de mercado.

Atualmente, o ambiente de contratação em que o consumidor pode escolher o fornecedor de energia está ao alcance de apenas a 0,03% da população, deixando 99,97% do país fora do benefício da chamada portabilidade das contas de luz — o que só é possível, hoje, a grandes consumidores industriais e comerciais, afirma o presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira.

“O gás nunca valeu tanto no mundo e vai continuar valendo enquanto o mundo quiser diminuir a dependência da Rússia. Somos importadores e deixamos de aproveitar na economia cerca de R\$ 200 milhões por dia”, disse.

Além disso, segundo ele, a pauta de discussões também ignora a interiorização do gás no mesmo tempo que o país investe em novos gasodutos de transporte. Ferreira salientou que “há um viés em todo mundo crítico sem ver a tal emenda do gás”, fazendo com que as discussões



Rodrigo Ferreira, presidente da ABRACEEL: “Estamos hoje no mesmo lugar que estávamos há pelo menos seis anos”.

contatos de concessão e cálculo de forma transparente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel); e o pedido do governo pela aprovação de um PL que abra o mercado de energia a todos os consumidores enquanto uma lei de 1995 permite que o MME faça por portaria ministerial, entre outros pontos. Além disso, observa, a governança fica mais complexa com a atuação dos órgãos setoriais em temas fora das respectivas atribuições. “Quando você pede para alarem fazer algo que você pode fazer, você dá espaço para outras intervenções”, disse. “Temos visto autoridades setoriais envolvidas em temas que não são seu enquanto assunto da sua alçada não evoluem à contento.”

“Estamos hoje no mesmo lugar que estávamos há pelo menos seis anos, quando o movimento de modernização ganhou força novamente. De lá para cá, só há mais uma conversa de racionalidade, redução de custos, empoderamento do consumidor. Na prática, quem se sentou na cadeira entregou muito pouco”, avalia.

O executivo disse ainda que o PL da modernização não trouxe em abril porque faltou articulação com o Executivo e o Legislativo. “O mercado abriu por meio da G2, mas infelizmente não tiveram o mesmo cuidado que ex-